



## Índice

- 01** Procurador da República no Amazonas dá prazo de dez dias para que o Direito à Educação seja garantido a todos os estudantes de Tenharim Marmelos
- 02** Colombo determina a reestruturação do Conselho Estadual de Povos Indígenas
- 03** Projeto de parlamentar garante tráfego em terras indígenas
- 04** Time indígena busca a primeira vitória no Parazão contra o Independente
- 05** Reportagem da Agência Pública sobre a questão indígena desnuda violência também de gênero
- 06** Estado publica gabarito de prova objetiva para professor indígena
- 07** Liderança indígena apresenta potencialidades do Acre ao comitê da Copa 2014
- 08** Quilombolas denunciam participação de policiais em atentados
- 09** PM realiza operação no Norte de Minas para prevenir conflito de terras
- 10** Comunidade quilombola ganha agrovila em Morro Redondo
- 11** A resistência Tenharim
- 12** Com crescimento de 30% no 1º ano da gestão Djalma, Projeto Ribeirinho Cidadão entra na 7ª edição em 2014
- 13** Casa de Cultura Xakriabá
- 14** Índios tupinambás invadem fazenda em Itapebi, PF assume o caso



- 15** Governo de SC reativa Conselho Indígena; tribos e Funai estão otimistas
- 16** Verba para proteção dos direitos dos indígenas cresce R\$ 147,3 milhões em 2014
- 17** Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas inicia planejamento do "Abril Indígena"
- 18** Wellington do curso visita área de conflito da reserva indígena Awá-Guajá
- 19** Por terra indígena, há 30 dias para a contra proposta
- 20** PF realiza a Operação Tacape na reserva indígena de Mangueirinha
- 21** Desabafo (mais um) por um país de verdade
- 22** Deputados pedem que Força Nacional ajude a solucionar conflitos entre quilombolas e fazendeiros
- 23** MG tem 180 processos abertos
- 24** Nota de esclarecimento sobre as denúncias feitas contra o CIR
- 25** Medo de novos ataques domina comunidade quilombola em Verdelândia
- 26** MPF – Índios reivindicam investimentos na infraestrutura das escolas e na formação de professores indígenas
- 27** Índios denunciam que sementes estão se estragando na secretaria
- 28** Índios Krikatis encerram interdição da MA-280 após acordo
- 29** O índio vivo dentro de mim
- 30** Índios invadem fazendas em Itapebi, um homem morre e PF assume caso
- 31** Leitor envia foto de acidente envolvendo índios



---

**Procurador da República no Amazonas dá prazo de dez dias para que o Direito à Educação seja garantido a todos os estudantes de Tenharim Marmelos**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.01.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

O Ministério Público Federal no Amazonas acaba de mostrar mais uma vez como a democratização da Justiça não só é factível, como também pode tornar-se um exemplo de ética e de dignidade capaz de nos emocionar. Através da Recomendação nº02/2014, do 5º Ofício Cível, o Procurador da República Júlio José Araújo Júnior garantiu, em oito páginas, o direito à Educação às crianças, adolescentes e jovens da terra indígena Tenharim Marmelos.

Após mencionar os direitos constitucionais que devem ser garantidos, entre os quais o direito à Educação, e recapitular numa síntese os acontecimentos que marcaram o sul do Amazonas nas últimas semanas, a Recomendação lembra que, após a ação civil pública ajuizada pelo MPF, a Justiça Federal determinou à União que adotasse permanentemente medidas de proteção à terra indígena, “em razão das ameaças de violação de direitos fundamentais dos indígenas e da incitação ao ódio e à violência contra eles” (conforme Processo 26-45.2014.4.01.3200, em trâmite na 1ª Vara Federal do Amazonas). Diz, porém, que, “a despeito disso, diante dos fatos notórios de violência, os índios da região do rio Madeira se encontram acuados e temerosos por novos atos de violência, razão pela qual, na maioria, se encontram reclusos na terra indígena Tenharim Marmelos”. Tudo isso está tendo como consequência o afastamento dos estudantes indígenas das escolas e universidades.

Para discutir a questão, o MPF organizou reunião na Procuradoria da República no Amazonas anteontem, 20 de janeiro, da qual participaram a COIAB e o advogado dos Tenharim e Juahui, a Plataforma Amazônia da UNICEF, as Secretarias de Educação e para os Povos Indígenas do Estado do Amazonas, e a Universidade Federal do Amazonas. Nela, a representante da Secretaria de Educação informou da dificuldade de atender aos alunos indígenas na escola estadual de Santo Antônio de Matupi, “em razão do discurso anti-indígena existente na região”.

Essa informação também foi considerada pelo Procurador Júlio José Araújo Júnior na Recomendação, uma vez que corroborava o teor do “manifesto divulgado nas redes sociais e reproduzido pelo sítio eletrônico ‘Racismo Ambiental’, subscrito por integrantes da comunidade de Santo Antônio do Matupi, no qual se aponta como uma das reivindicações a seguinte: ‘Não queremos mais nenhuma etnia indígena estudando nas escolas da nossa comunidade’”.

Por outro lado, a Gerente de Educação Indígena da SEDUC informou a existência não só professores indígenas contratados por processo seletivo, como de uma escola para estudantes do 5º ao 9º ano em condições de funcionamento na Terra Tenharim Marmelos. Informou também haver outra em obras, com 80% construídos, que poderia vir a servir às demais crianças.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 13./ 2014

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

Considerando essas e outras questões que podem ser lidas na íntegra da Recomendação, abaixo, o Procurador Júlio José Araújo Júnior estabeleceu prazo para que o direito ao acesso dos indígenas à Educação seja restabelecido nos diferentes níveis.

Nesse sentido, caberá respectivamente à Secretaria Estadual de Educação e às Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação de Humaitá, Apuí e Santo Antônio do Matupi se organizarem no prazo de dez dias para garantir transporte escolar, alimentação, material didático e demais necessidades para que as escolas funcionem e as crianças possam ter aulas no próprio território indígena.

No que diz respeito ao terceiro grau, a Recomendação estabelece igualmente prazo de dez dias para que as Universidades Federal e Estadual do Amazonas, o Instituto Federal do Amazonas e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas apresentem ao MPF um planejamento de como viabilizar a retomada dos estudos por parte dos alunos que frequentam essas instituições.

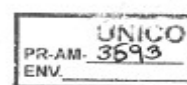
A Recomendação se encerra determinando que dela seja dada ciência a todas as organizações presentes na reunião de 20 de janeiro, assim como às Prefeituras e Secretarias de Educação de Humaitá, Apuí e Santo Antônio do Matupi, à Presidência da Funai e à sua Coordenação Regional do Rio Madeira.

Leia-a na íntegra. Vale a pena!

CONT.



  
**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, nº 358 - Aleixo - CEP 69060-000 - Telefone: (92) 2129-4700 r. 4668  
Correio eletrônico: oficiocivil5@pram.mpf.gov.br



**RECOMENDAÇÃO Nº 02/2014**  
**5º OFÍCIO CÍVEL - PR/AM**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício das suas atribuições constitucionais e legais,

**CONSIDERANDO** a atribuição do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem assim para a defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, nos termos dos artigos 5º, inciso III, alínea “e”, 6º, incisos VII, alínea “c”, e XI, da Lei Complementar n. 75/93, 127 e 129, inciso V, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos dos povos indígenas e populações tradicionais, matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 12, I, da Resolução PR/AM nº 01/2012;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 210, § 2º, da Constituição, o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar 75/93, compete ao Ministério Público “expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

Av. André Araújo, nº 358 - Aldeia - CEP 69060-000 - Telefone: (92) 21 29-4700 r. 4668  
Correio eletrônico: [oficiocivel5@pram.mpf.gov.br](mailto:oficiocivel5@pram.mpf.gov.br)

interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis”;

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, aponta diretrizes, objetivos e metas para a educação indígena, nos seguintes termos:

*9.2 Diretrizes - A coordenação das ações escolares de educação indígena está, hoje, sob responsabilidade do Ministério de Educação, cabendo aos Estados e Municípios, a sua execução; 9.3 Objetivos e Metas - Atribuir aos Estados a responsabilidade legal pela educação indígena, quer diretamente, quer através de delegação de responsabilidades aos seus Municípios, sob a coordenação geral e com o apoio financeiro do Ministério da Educação*

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 3, de 10 de novembro de 1999, que fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 04, de 13 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Educação, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

**CONSIDERANDO** que “A concepção de educação deve orientar a institucionalização do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no contexto da estrutura federativa brasileira, em que convivem sistemas educacionais autônomos, para assegurar efetividade ao projeto da educação nacional,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, nº 358 - Aleixo - CEP 69060-000 - Telefone: (92) 2129-4700 r. 4668  
Correio eletrônico: oficiocivil5@pram.mpf.gov.br

vencer a fragmentação das políticas públicas e superar a desarticulação institucional.” (art. 7º, caput, Resolução nº 04 de 13 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Educação);

**CONSIDERANDO** que “O regime de colaboração entre os entes federados pressupõe o estabelecimento de regras de equivalência entre as funções distributiva, supletiva, normativa, de supervisão e avaliação da educação.” (§3º, art. 7º, Resolução n. 04 de 13 de julho de 2010 do Conselho Nacional de Educação);

**CONSIDERANDO** que “a União prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à ampliação da oferta da educação escolar às comunidades indígenas, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto: I - construção de escolas; II - formação inicial e continuada de professores indígenas e de outros profissionais da educação; III - produção de material didático; IV - ensino médio integrado à formação profissional; e V - alimentação escolar indígena.” (Art. 5º, caput e incisos do Decreto n. 6.861/2009);

**CONSIDERANDO** que “o apoio financeiro do Ministério da Educação será orientado a partir das ações previstas e pactuadas no plano de ação de cada território etnoeducacional, previstos nos arts. 6º, 7º e 8º, e veiculadas pelo Plano de Ações Articuladas - PAR de que trata o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.” (art. 5º, § 1º, do Decreto n. 6.861/2009);

**CONSIDERANDO** que, nos planos institucional, administrativo e organizacional, em regime de colaboração, aos Estados competirá: responsabilizar-se pela oferta e execução da educação escolar indígena, diretamente ou por meio de regime de colaboração com seus municípios; prover as escolas indígenas de recursos humanos, materiais e financeiros, para o seu pleno funcionamento; promover a formação inicial e continuada de professores indígenas; elaborar e publicar sistematicamente material didático, específico e diferenciado, para uso



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ  
Av. André Araújo, nº 358 - Aleixo - CEP 69060-000 - Telefone: (92) 2129-4700 r. 4668  
Correio eletrônico: [oficiocivel5@pram.mpf.gov.br](mailto:oficiocivel5@pram.mpf.gov.br)

nas escolas indígenas.” (art. 9º, II, “a”, “c”, “e” e “f” da Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 3/1999) ;

**CONSIDERANDO** que “na organização de escola indígena, deve ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como: I - suas estruturas sociais; II - suas práticas socioculturais e religiosas; III - suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem; IV - suas atividades econômicas; V - edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas; VI - uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena.” (art. 38, incisos da Resolução n. 04 de 13 de julho de 2010);

**CONSIDERANDO** que os Municípios poderão oferecer educação escolar indígena, em regime de colaboração com os respectivos Estados, desde que se tenham constituído em sistemas de educação próprios, disponham de condições técnicas e financeiras adequadas e contem com a anuência das comunidades indígenas interessadas. (§1º, art. 9º, Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 3/1999) (Destacamos);

**CONSIDERANDO** os fatos ocorridos no município de Humaitá, no mês de dezembro de 2013, envolvendo indígenas do povo *tenharim*;

**CONSIDERANDO** a situação de calamidade e instabilidade instaurada na região sul do Estado do Amazonas, notadamente nos municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí, em razão do agravamento dos conflitos e dos atos de violência contra indígenas;

**CONSIDERANDO** que, em decorrência das tensões, houve depredação da sede da Coordenação Regional da FUNAI do Madeira, da Casa de Saúde Indígena e do polo-base de Humaitá do Distrito Sanitário Especial Indígena, além de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

Av. André Araújo, nº 358 - Aleixo - CEP 69060-000 - Telefone: (92) 2129-4700 r. 4668  
Correio eletrônico: oficiocivil5@pram.mpf.gov.br

outros bens públicos;

**CONSIDERANDO** que, após ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, a Justiça Federal determinou à União que adotasse permanentemente medidas de proteção à terra indígena Tenharim Marmelos, em razão das ameaças de violação de direitos fundamentais dos indígenas e da incitação ao ódio e à violência contra eles (Processo nº 26-45.2014.4.01.3200, em trâmite perante a 1ª Vara Federal do Amazonas);

**CONSIDERANDO** que, a despeito disso, diante dos fatos notórios de violência, os indígenas da região do rio Madeira se encontram acuados e temerosos por novos atos de violência, razão pela qual, em sua maioria, se encontram reclusos na terra indígena Tenharim Marmelos;

**CONSIDERANDO** que, quanto à prestação do serviço público de educação, há preocupação dos indígenas da região – não só da etnia tenharim – quanto à frequência em aulas, bem como ao risco de novos atos de violência na região;

**CONSIDERANDO** que, por outro lado, o não comparecimento às aulas causaria prejuízos ainda maiores aos indígenas,

**CONSIDERANDO** que, em 20 de janeiro de 2014, foi realizada reunião na sede da Procuradoria da República no Amazonas, da qual participaram representantes dos indígenas (COIAB e advogado dos povos tenharim e jiahui), da Plataforma Amazônia da Unicef, da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas e da Universidade Federal do Amazonas – UFAM,

**CONSIDERANDO** que, na referida reunião, a gerente de educação escolar indígena da SEDUC informou que “há professores indígenas contratados por



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ  
Av. André Araújo, nº 358 - Aléxia - CEP 69060-000 - Telefone: (92) 2129-4700 r. 4668  
Correio eletrônico: [oficiocivil5@pram.mpf.gov.br](mailto:oficiocivil5@pram.mpf.gov.br)

processo seletivo e monitores para dar aulas nas aldeias. Informou que há uma escola funcionando de 5º ao 9º ano na aldeia Marmelos (TI Tenharim Marmelos). Na mesma aldeia, 80% da obra da nova escola a ser construída na TI Tenharim está concluída e explicou que há alunos que moram na terra indígenas mas frequentam escolas na área urbana, e que os mesmos poderiam frequentar as escolas localizadas dentro da TI”;

**CONSIDERANDO** que, na mesma reunião, foi apontada a necessidade de um trabalho coordenado entre a SEDUC do Amazonas e as Secretarias de Educação dos Municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí, com o fim de serem compartilhados recursos atinentes ao transporte escolar, à alimentação e a outros aspectos necessários à concretização do ano letivo nas escolas,

**CONSIDERANDO** que a Secretaria de Educação informou ainda que tem havido dificuldades no atendimento a indígenas na escola estadual situada no Distrito de Santo Antonio do Matupi, em razão do discurso anti-indígena na região;

**CONSIDERANDO** o teor de manifesto divulgado nas redes sociais e reproduzido pelo sítio eletrônico “Racismo Ambiental”, subscrito por integrantes de comunidade do distrito de Santo Antonio do Matupi, no qual se aponta como uma das reivindicações a seguinte: **“Não queremos mais nenhuma etnia indígena estudando nas escolas da nossa comunidade”**

**CONSIDERANDO** que tal realidade é a mesma no âmbito universitário e de ensino técnico,

RESOLVE:

**I - RECOMENDAR** à Secretaria de Educação do Estado do Amazonas que adote, no prazo de 10 (dez) dias, todas as providências necessárias para garantir o funcionamento de suas escolas em aldeias indígenas e a participação dos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, nº 358 - Aleixo - CEP 69060-000 - Telefone: (92) 2129-4700 r. 4668  
Correio eletrônico: oficiocivil5@pram.mpf.gov.br

indígenas dos Municípios de Humaitá e Manicoré nas escolas que administra, sobretudo do 5º ao 9º ano e ensino médio, por meio dos processos próprios de aprendizagem e do oferecimento de alimentação escolar, transporte escolar, material didático e outras necessidades que vierem a ser constatadas. Para tanto, deverá fazer levantamento do número de indígenas da região que frequentam suas escolas e elaborar, em conjunto com representantes indígenas da região, plano de atendimento a eles e garantia de frequência escolar;

**II – RECOMENDAR** aos Municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí que adotem, no prazo de 10 (dez) dias, todas as providências necessárias para garantir o funcionamento de suas escolas em aldeias indígenas e a participação dos indígenas dos Municípios de Humaitá e Manicoré nas escolas que administra, sobretudo do 1º ao 5º ano, por meio dos processos próprios de aprendizagem e do oferecimento de alimentação escolar, transporte escolar, material didático e outras necessidades que vierem a ser constatadas. Para tanto, deverá fazer levantamento do número de indígenas da região que frequentam suas escolas e elaborar, em conjunto com representantes indígenas da região, plano de atendimento a eles e garantia de frequência escolar;

**III – RECOMENDAR** à Secretaria de Educação do Estado do Amazonas que adote as medidas recomendadas de maneira coordenada com as Secretarias de Educação dos Municípios, otimizando-se recursos e permitindo-se o atendimento aos indígenas em suas aldeias e concretizando os processos próprios de aprendizagem;

**IV – RECOMENDAR** à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, ao Instituto Federal do Amazonas – IFAM -, à Universidade Estadual do Amazonas – UEA e ao Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM - que adotem, no prazo de 10 (dez) dias, todas as medidas necessárias para garantir que os estudantes indígenas da região da Humaitá, Manicoré e Apuí que frequentam seus cursos e não sofram qualquer prejuízo em decorrência dos conflitos e ameaças



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ  
Av. André Araújo, nº 358 - Aleixo - CEP 69060-000 - Telefone: (92) 2129-4700 r. 4668  
Correio eletrônico: [oficiocivil5@pram.mpf.gov.br](mailto:oficiocivil5@pram.mpf.gov.br)

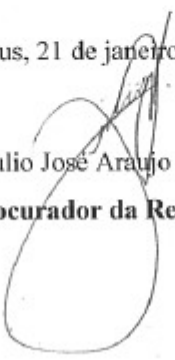
existentes na região, conferindo-lhes, em comum acordo com eles, todas as possibilidades de aproveitamento do ano letivo e medidas de acolhimento que permitam

Fixa-se o prazo de 10 (dez) dias para que as respectivas secretarias de educação, a UFAM, a UEA, o IFAM e o CETAM informem ao Ministério Público Federal o acatamento da presente recomendação, encaminhando descrição detalhada do planejamento das ações necessárias para o cumprimento, com o respectivo cronograma.

Encaminhe-se aos prefeitos de Humaitá, Manicoré e Apuí, bem como às respectivas secretarias de educação. Encaminhe-se também à Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, à Reitoria da UFAM, à Reitoria da UEA, ao IFAM e ao CETAM.

Dê-se ciência à Coordenação Regional da FUNAI no Madeira, à Presidência da FUNAI, à SEIND, à COIAB, ao Chefe da Plataforma Amazônia da UNICEF, à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação e às entidades indígenas da região do rio Madeira.

Manaus, 21 de janeiro de 2014.

  
Julio José Araújo Junior  
Procurador da República

**Colombo determina a reestruturação do Conselho Estadual de Povos Indígenas**  
SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 22.01.2014

O governador Raimundo Colombo reuniu, na tarde desta quarta-feira, 22, as lideranças indígenas de todo o Estado para discutir questões das terras e a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas (Cepin). Participaram do encontro as três etnias: Xokleng, Kaingang e Guarani.



Foto: James Tavares/Secom.

Durante encontro, o governador determinou que o Cepin fosse totalmente reestruturado e que dentro de 15 dias, os representantes sejam empossados. O conselho é paritário, ou seja, metade são povos indígenas e a outra metade são membros do governo. "Vamos reestruturar o conselho o quanto antes. É fundamental para resolvermos os conflitos indígenas no Estado", disse o governador.

Para o secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, João José Cândido da Silva, a reunião foi histórica, porque pela primeira vez um governador reuniu seus principais secretários com caciques de várias etnias em Santa Catarina. "Criar o conselho é muito importante, pois assim, possamos realizar um grande trabalho. As grandes buscas foram na área da Educação e Agricultura, mas também na Saúde, Assistência Social e Segurança Pública e estes estarão representados dentro do conselho", explicou o secretário.

Informações adicionais:  
Rafael Vieira de Araujo  
Secretaria de Estado de Comunicação  
E-mail: rafael@secom.sc.gov.br  
Telefone: (48) 9116-8992



---

**Projeto de parlamentar garante tráfego em terras indígenas**

SÍTIO NEWS CUIABÁ, 22.01.2014

O Projeto de Lei Complementar (PLC 273/08), do deputado Wellington Fagundes (PR-MT), que define como áreas de interesse público e de livre locomoção de pessoas e mercadorias as rodovias, ferrovias e hidrovias localizadas em terras indígenas, aguarda aprovação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para ir a votação em plenário.

O texto apresentado pelo parlamentar mato-grossense faz referência à Lei 6.001/73, o Estatuto do Índio, e segundo ele, já estabelece condições e critérios a serem respeitados pelo Poder Público Federal nos casos de intervenção nessas áreas, inclusive para a edificação de bens de uso comum, como os destinados ao deslocamento de pessoas. "É preciso esclarecer que a proposta em análise não modifica nada desses requisitos. O direito dos povos indígenas será mantido", ponderou.

De acordo com Fagundes, os problemas sobre "impedimentos" promovidos por lideranças indígenas ao livre trânsito em rodovias, ferrovias e hidrovias que atravessam terras a eles destinadas devem ser resolvidos pacificamente e previstos em lei para evitar que casos mais graves sejam registrados. "A proposta visa oferecer a segurança jurídica necessária à trafegabilidade nas rodovias, ferrovias e hidrovias, que atualmente encontram-se inseridas em terras indígenas, não significando autorização genérica e permanente para a implantação de novos modais de infraestrutura de transportes", argumentou o republicano.

Wellington destaca que seu projeto que não tem como finalidade criar obstáculos ao processo de demarcação das terras indígenas. "Pretendo tão somente oferecer a necessária segurança jurídica para os cidadãos brasileiros, sejam eles índios ou não índios, e ao mesmo tempo, criar as normas legais destinadas a regular a convivência pacífica entre todos os brasileiros".

**Tramitação**

Aprovada pelas comissões de Viação e Transportes e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a proposta tramita na CCJ para que seja analisado o grau de constitucionalidade. O relator designado pela Comissão é o deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ).



---

**Time indígena busca a primeira vitória no Parazão contra o Independente**

SÍTIO JC.NET, 22.01.2014

Ainda sem pontuar no Campeonato Paraense, Gavião Kikatejé e Independente Tucuruí se enfrentam nesta quarta-feira, no Estádio Zinho Oliveira, às 20h30 (horário local), em Marabá-PA. Ambas as equipes coincidentemente vieram de empates pelo mesmo placar – 0 a 0 – diante de Cametá e São Francisco, respectivamente, na última rodada.

Os jogadores da tribo de Zeca Gavião (presidente do clube) já estão definidos pelo técnico Vitor Jaime, com a única mudança na equipe acontecendo no setor de defesa. Max Melo sentiu o joelho e foi sacado pelo departamento médico dos Kyikatejês, tendo como substituto Alexandre Recife.

Por outro lado, o Galo Elétrico segue indefinido pelo técnico Lecheva. Marraquete e Joãozinho sentem dores nos seus joelhos e podem desfaltar a equipe de Tucuruí-PA. No mais, os outros setores permanecem os mesmos e o time pode atuar no sistema 4-4-2.

Confira as escalões

O Gavião encara o Independente com Douglas; Roberto, Alexandre Recife, Adriano e Paulinho 47; Diego Maciel, Júlio César, Bené Maranhense e Edinaldo; Aru e Peri

Já o provável time do Galo deve jogar com Alan; Léo Rosa, Cristovam, Adson (Marraquete) e Fábio Gaúcho; Diogo, Chicão, Evandro Pará e Daniel; Joãozinho (Daniel Saraiva) e Albertinho.



---

**Reportagem da Agência Pública sobre a questão indígena desnuda violência também de gênero**

SÍTIO AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 22.01.2014

(Agência Patrícia Galvão) A Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo publicou no último dia 14 de janeiro uma extensa reportagem sobre os conflitos por terra e a violência contra o povo indígena Tenharim na região de Humaitá, no Sul do Amazonas. Embora a matéria não se dedique a abordar a temática de gênero, já no título se destaca como as mulheres indígenas estão entre as maiores vítimas do conflito que se estende desde o início da construção da rodovia Transamazônica.

"Matar um índio para pegar uma índia"

Este é o título da matéria, retirado de uma declaração de um colono, que admitiu à reportagem que "quem veio para cá foram homens" e prosseguiu afirmando que "aí quem queria pegar uma mulher tinha de matar um índio e pegar uma índia".

O trabalho do jornalista Alceu Luís Castilho é bastante detalhado e, pela força do relato sobre a violência de gênero, a Agência Patrícia Galvão incluiu a reportagem em seu monitoramento diário.

A íntegra pode ser lida aqui. (<http://www.apublica.org/2014/01/matar-um-indio-para-pegar-uma-india/>)



---

**Estado publica gabarito de prova objetiva para professor indígena**

SÍTIO SAEB, 22.01.2014

Será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (22) o gabarito definitivo da Prova Objetiva referente ao concurso público para Professor Indígena, o primeiro destinado à função já realizado em todo o país. A publicação divulgará, ainda, a decisão de recursos do gabarito e o resultado provisório da nota da prova objetiva.

A prova, aplicada no último dia 12 de janeiro, foi realizada nas cidades de Porto Seguro, Ilhéus, Paulo Afonso, Ibotirama e Ribeira do Pombal, sob a organização da Consultoria em Projetos Educacionais e Concursos (Consultec).

O certame, realizado pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia (Saeb), disponibilizou 390 vagas para o cargo, distribuídas por DIREC / Município / Aldeia / Escola, sendo 5% delas para pessoas com deficiência.

Os candidatos aprovados atuarão em escolas situadas em aldeias, distribuídas entre os seguintes municípios: Ilhéus, Buerarema, Pau Brasil, Santa Cruz de Cabrália, Prado, Rodelas, Abaré, Glória, Banzaê, Euclides da Cunha, Ibotirama e Muquém do São Francisco.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 13./ 2014

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

---

**Liderança indígena apresenta potencialidades do Acre ao comitê da Copa 2014**

SÍTIO PÁGINA 20, 22.01.2014

O indígena Banê Huni Kuin, liderança da Aldeia Lago Lindo – às margens do Rio Tarauacá, em Jordão –, está no Rio de Janeiro para apresentar as potencialidades turística e cultural do Festival Xina Bena, que em português significa “Novo Tempo”, ao comitê de organização da Copa do Mundo 2014.

Caso seja aprovada, os kaxinawás ganharão espaço para montar uma exposição na Cidade Maravilhosa durante o campeonato. Atualmente, o povo huni kuin concentra a maior etnia do Acre, com aproximadamente sete mil pessoas, divididas em 32 aldeias. A festividade é desenvolvida desde 2011 e recebe o apoio do governo do Acre.

“O Estado realiza investimentos no etnoturismo como forma de promover o festival e, consequentemente, a aldeia”, explica Leonildo Rosas, titular da pasta de Turismo e Lazer (Setul). De acordo com Banê, “esse é o primeiro governo que enxerga os povos indígenas com carinho e amor, além de respeitar a floresta e as tradições”.

André Lima - Agência de Notícias do Acre

## Quilombolas denunciam participação de policiais em atentados

SÍTIO ALMG, 22.01.2014

*Dois líderes de comunidades relataram, na ALMG, tentativas de assassinatos devido às disputas agrárias no Norte de Minas.*



Deputados enfatizaram a omissão das autoridades em relação à situação dos quilombolas  
- Foto: Guilherme Bergamini

O deputado Durval Ângelo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), reuniu-se, nesta quarta-feira (22/1/14), com representantes de comunidades quilombolas das cidades de Varzelândia e Verdelândia (ambas no Norte de Minas) e autoridades. Os representantes das comunidades relataram agressões e tentativas de homicídios que sofreram por parte de fazendeiros da região em decorrência de disputas agrárias. Também participaram o deputado estadual Rogério Correia (PT) e os parlamentares federais Nilmário Miranda e Padre João (ambos do PT-MG).

O presidente da associação quilombola Arapuim, Valdomiro Alves da Silva, contou que, no último dia 19 de janeiro, nove homens, afirmando serem da Polícia Militar, chegaram até o acampamento quilombola na Fazenda Morro Preto, em Verdelândia, e atiraram nos acampados deixando 13 pessoas feridas. Destes, dois continuam hospitalizados. Valdomiro acrescentou que tudo o que eles tinham foi incendiado e as plantações foram destruídas.

Outro relato de tentativa de assassinato foi feito pelo líder quilombola José Carlos de Oliveira Neto. Segundo ele, no dia 9 de janeiro deste ano, ele foi alvo de três tiros dados por um funcionário do dono da fazenda Brejo dos Criolos. De acordo com o relato de José Carlos, o

CONT.



proprietário da fazenda é prefeito de Varzelândia e utilizou um veículo da prefeitura para realizar o atentado.

Por fim, o líder quilombola afirmou ainda que tentou registrar um Boletim de Ocorrência sobre a tentativa de homicídio, o que foi negado pelos policiais. Ele apenas conseguiu o registro após entrar em contato com autoridades que obrigaram os agentes locais a fazerem o registro.

Além dos relatos dos dois líderes quilombolas, outras oito pessoas apresentaram os ferimentos sofridos durante os dois ataques.

Autoridades e deputados pedem a intervenção da Força Nacional na região

A representante da Fundação Palmares, Dora Bertúrio, afirmou que é necessária a intervenção da Força Nacional para a garantia da segurança das comunidades já que há denúncias de que policiais militares estão atuando como "jagunços" dos proprietários das fazendas ocupadas. Ela ainda defendeu que as denúncias relacionadas a esses e outros crimes contra quilombolas sejam investigadas pela Polícia Federal (PF). "A transferência para a PF vai ser mais útil e mais imparcial dentro desse processo do que no âmbito estadual", afirmou.

A intervenção da Força Nacional para defesa das comunidades foi também ressaltada pelo deputado estadual Rogério Correia e pelos deputados federais Padre João e Nilmário Miranda. "Se a Polícia Militar não defende os quilombolas, as forças nacionais têm que garantir a defesa desses cidadãos", afirmou Correia.

O deputado Padre João foi enfático ao denunciar a omissão ou mesmo participação da Polícia Militar nos crimes contra a comunidade quilombola. "O que a PM está fazendo é inadmissível já que está dando cobertura para bandidos, entre eles o prefeito de Varzelândia". Ele ainda pediu a instalação de um escritório da Fundação Palmares em Belo Horizonte para que seja possível o acompanhamento da situação das comunidades quilombolas no Estado.

Críticas aos governos permearam discussões na ALMG

Para o deputado Durval Ângelo, os governos estadual e federal tratam a situação dos quilombolas de forma muito devagar e contribuem para a manutenção dos conflitos. "Hoje temos que colocar os cadáveres que já existem no colo do governo federal e do governo estadual". Ele ainda afirmou que as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não têm a celeridade necessária para a resolução dos conflitos. "O próprio Incra afirma que demoraria 700 anos para regulamentar as comunidades existentes em Minas".

Para o promotor do Ministério Público Afonso Henrique, a demora na resolução da questão das terras quilombolas se deve a desestruturação do Incra. "Quem deve fazer a regularização é a União, mas ela deixou a tarefa para o Incra, que está desestruturado e a União não tem recursos para realizar a tarefa", criticou.

Incra se defende das críticas

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 13./ 2014

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

O superintendente do Incra em Minas Gerais, Danilo Daniel Prado, defendeu o instituto ao afirmar que avanços estão sendo feitos, apesar de ainda existir muito a ser feito. "No Incra, até o governo Lula, não havia nem setor para trabalhar com regularização quilombola, há cinco anos havia dois servidores. Hoje, temos 20 servidores", destacou.

Danilo destacou ainda que a comunidade Brejo dos Criolos, em Varzelândia, é a mais avançada de Minas Gerais em relação à titularização, com 20% do território já regularizado. Já duas comunidades que são representadas pela associação Nativas do Arapuim - a Terra Dura e a Sete Ladeiras - já estão com os relatórios antropológicos aprovados e, neste ano, deverão ter os relatórios de delimitação de área também prontos.



---

**PM realiza operação no Norte de Minas para prevenir conflito de terras**

SÍTIO G1, 22.01.2014

*Ações são realizadas em Varzelândia, Verdelândia e São João da Ponte. Quilombolas fazem reunião com Comissão de Direitos Humanos da ALMG.*

Do G1 Grande Minas

Os recorrentes conflitos por causa de terras entre quilombolas e fazendeiros na fronteira entre os municípios de Verdelândia , São João da Ponte e Varzelândia , no Norte de Minas Gerais, desencadeou em uma operação da Polícia Militar na região nesta quarta-feira (22). Segundo a PM, estão sendo realizado blitzen no trânsito e abordagens com o intuito de apreender armas e drogas nos municípios.

Até o início da noite, três pessoas haviam sido presas e quatro menores apreendidos. A operação apreendeu ainda drogas e armas nos municípios.

O último registro de conflito na região foi registrado no domingo (19) . 18 pessoas ficaram feridas após serem agredidas por cerca de dez homens armados na fazenda da Torta em Verdelândia (MG) . Dois quilombolas foram atingidos por tiros e continuam internados .

Na tarde desta quarta-feira, representantes dos quilombolas se reuniram com a Comissão de Direitos Humanos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Na ocasião, líderes dos quilombolas relataram agressões sofridas por causa da disputa de terras.



---

**Comunidade quilombola ganha agrovila em Morro Redondo**

SÍTIO CANGUÇU ON LINE, 22.01.2014

Uma experiência inédita no Rio Grande do Sul foi oficializada na terça-feira (21), no município de Morro Redondo. Na oportunidade, através da Cooperativa de Crédito Horizontes Novos de Canguçu (Crehnor Sul), a Coophab, a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Prefeitura Municipal, irão assinar a construção de 58 casas para uma comunidade quilombola.

A experiência, através de habitações concentradas em um só local, numa espécie de agrovila, será construída em uma área rural próxima ao centro da cidade. O local terá lotes demarcados, água, luz, arruamento e iluminação pública.

- Temos o prazer de inaugurar este modelo inédito aqui no RS -c omemora o presidente da Crehnor Sul, Leomar Volmar de Oliveira.

O ato de assinatura do contrato será as 10h30, na sede do Sindicato dos Municipários (SIMMOR) e terá a presença do secretário de Habitação e Saneamento do RS, Marcelo Frison; do prefeito de Morro Redondo, Rui Brizolara, de prefeitos da região, deputados estaduais e federais.

Informações: Crehnor Sul



**A resistência Tenharim**  
SÍTIO CEDEFES, 22.01.2014

por Cley Medeiros

O Pôr-do-sol parecia não fazer diferença naquele dia. Todos os pensamentos na aldeia estavam voltados para o medo e a incerteza. No olhar das crianças, nos movimentos do ancião indígena que estava assando a farinha de mandioca um pouco mais longe dali, e nas palavras do Ivanildo.

"Cley, é seu nome, né? Eu não entendo. Eu não entendo por quê estão fazendo isso contra o meu povo." Ivanildo Tenharim, Liderança indígena ameaçado de morte por madeireiros, tinha os olhos marejados quando disse. E eu percebi naquele momento que para eles, as ações praticadas na última semana por fazendeiros e madeireiros, era algo que não podia ser entendido.

Vários indígenas começaram a chegar perto de mim e começaram a ouvir o que o Ivanildo me contava. Notei que alguns tinham a cabeça cabisbaixa e como em luto outros olhavam o horizonte. O mesmo horizonte que dois dias atrás havia sido palco de uma das mais violentas ações contra os indígenas, Tenharim e Jiahui no Sul do Amazonas, nos últimos 20 anos.

Parte 2

"Não deixe que eles batam nas cabeças das crianças, nas cabeças dos velhinhos. Não deixe que o homem branco bata." Canta, como se fosse uma brincadeira para aliviar o medo, o pequeno Mateus Tenharim, de 8 anos, que viu o momento exato quando um homem alto pegou um galão com gasolina e começou a jogar na pequena construção na sua aldeia. De lá, foi arrastado pela mãe, Luzianeide Tenharim, pra longe daquela ação protagonizada por fazendeiros e madeireiros. Mateus tentou chamar o irmão mais velho, que é deficiente físico, mas ele não conseguia andar.

Esperando acontecer o pior, seu Pedro, que já tinha visto o mesmo cenário há 40 anos durante a construção da Rodovia Transamazônica, grita: "Corram."

Seu Antônio então, pai de Mateus, coloca os quatro filhos nas costas e corre até a floresta atrás da aldeia, mas durante o caminho continua preocupado com a segurança dos outros cinco filhos que ele não conseguiu levar até o local seguro.

"Luzianeide, fica com as crianças, vou pegar as outras", declara Antônio no caminho de volta até sua casa. Nesse instante, vê que a construção da aldeia começa a ser consumida pelo fogo enquanto buzinas de Hilux e gritos de alegria são entoados pelos fazendeiros e madeireiros. Ele não acredita no que vê, mas mesmo assim tem que buscar o restante dos filhos pequenos.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 13./ 2014

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

Quando chega perto da casa, ele se depara com uma cena que nunca imaginou que veria. “Vi meu filho, que é deficiente físico, rastejar pelo chão, tentando fugir daquela confusão.” Ele então pega as crianças pequenas e as coloca nas costas, enquanto leva pelo braço o filho com dificuldades de andar. Com quase 150 kg sob a espinha dorsal, Antônio corre até a floresta e encontra outros índios se escondendo da invasão. Foram duas horas de terror que servirão de canções para todo o futuro.

E o grito: “Corram”, do Seu Pedro, é o mesmo de 514 anos atrás e parece que vai continuar ecoando. Talvez um dos gritos mais longos que se tem registro. Uma mãe a um filho. Um avô a um neto. Uma história em estado incompleto.

Na foto clicada pelo grande Gabriel Ivan, crianças Tenharim brincando ao tentar segurar as folhas que caem das árvores antes da chuva.

Fonte: Cley Medeiros integra a Mídia Ninja



**Com crescimento de 30% no 1º ano da gestão Djalma, Projeto Ribeirinho Cidadão entra na 7ª edição em 2014**

SÍTIO ISSO É NOTÍCIA, 23.01.2014

*Projeto, que iniciou com 580 atendimentos, atingiu uma marca superior a 4,5 mil beneficiados*

DA REDAÇÃO



O defensor-público geral Djalma Sabo Mendes Júnior

A Defensoria Pública do Estado, sob Djalma Sabo Mendes Júnior, realiza neste ano a sétima edição do Projeto Ribeirinho Cidadão, que tem por intuito levar todo tipo de assistência à população que reside às margens dos rios da região de Santo Antônio de Leverger a Poconé. O projeto, que iniciou com 580 atendimentos, atingiu uma marca superior a 4,5 mil beneficiados no ano passado, primeiro ano de gestão de Djalma.

A chalana com os Defensores Públicos Air Praeiro Alves e Munir Arfox, do Núcleo de Regularização Fundiária e Marcelo Rodrigues

Leirião, da Comarca de Várzea Grande, parte de Barão de Melgaço em 21 de fevereiro e retorna para Cuiabá dia primeiro de março. Além deles, a comitiva contará com Médicos, Dentistas, Juiz, Promotor de Justiça, dentre outros profissionais aptos a solucionar questões sociais.

O Ribeirinho Cidadão, entretanto, será dividido em duas partes: a fluvial e a terrestre. A segunda etapa começa no dia seis de março, por Santo Antônio de Leverger, sendo encerrado no dia 10, na Reserva Indígena Gomes Carneiro.

“Este projeto teve início há sete anos com o objetivo de prestar assistência jurídica à população Ribeirinha. No entanto, na medida em que ia sendo realizado, percebeu-se a necessidade da integração de outros serviços, também carentes na região. Dessa forma foi ocorrendo a evolução dos serviços prestados, que hoje também incluem assistência médica e social”, explicou o Defensor Público-Geral.

Assim, com o aumento da oferta de serviços, também cresceu o número de atendimentos, que saltou de 3,5 mil pessoas beneficiadas em 2012 para 4.625 no ano passado, equivalente a 30%. Nos primeiros cinco anos de realização do projeto, a média de aumento foi de 500 pessoas por ano.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 13./ 2014

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

Neste ano o projeto conta com o apoio do Tribunal de Justiça de Mato Grosso; Tribunal Regional do Trabalho; Tribunal Regional Eleitoral; Ministério Público; Secretaria Estadual de Segurança Pública; de Saúde e de Meio Ambiente; Juizado do Meio Ambiente; Assembleia Legislativa; Banco do Brasil; das Prefeituras de Santo Antônio de Leverger, Poconé e Barão de Melgaço; e de médicos voluntários.

**Casa de Cultura Xakriabá**  
SÍTIO CEDEFES, 23.01.2014



É com todo o prazer do mundo que hoje escrevo sobre uma iniciativa partida do maior povo indígena do Estado de Minas Gerais, o povo Xakriabá.

Em uma das mais de 30 comunidades indígenas, mais especificamente na comunidade de Sumaré, no coração da Terra Indígena encontramos a "Casa de Cultura Xakriabá"; uma intercessão que reúne elementos dos sonhos e ações do povo indígena disperso em um território de um pouco mais de 50 mil hectares.

O projeto "Casa de Cultura Xakriabá" surgiu através de uma iniciativa tomada pelo artesão Xakriabá Edvaldo Gonçalves de Oliveira (Dé), da Aldeia Sumaré, que teve a ideia de ampliar um barraco no qual ele já trabalhava fabricando objetos indígenas para iniciar oficinas de artesanato para as pessoas da comunidade.

A carinhosa ideia foi tão bem acolhida que não foi difícil encontrar parceiros para a empreitada. A Universidade Federal de Minas Gerais, que já tinha contato com o Povo Xakriabá a partir da Faculdade de Educação (FAE) foi a principal parceira do projeto a partir da intervenção da professora Ana Gomes e a Associação Indígena Xakriabá Aldeia Barreiro Preto, que realiza a mediação com a comunidade local, a Província de Modena (Itália), que participa com financiamento, a ISCOS – Emilia Romagna e a ANAÍ, que respondem pela gestão administrativa, além do apoio da Prefeitura Municipal de São João das Missões, que tem

CONT.



---

prefeito indígena (mais de 70% dos munícipes de São João das Missões são indígenas).

O Projeto da Casa de Cultura Xakriabá é composto por basicamente duas ações. A primeira delas foi a própria construção da Casa de Cultura e a segunda como subprojeto complementar denominado "Ponto de Cultura Loas", que é financiado pelo Fundo Estadual de Cultura, é basicamente de apoio às atividades de fabricação de artesanato, oficinas ligadas à arte e cultura do Povo e usufruto do território.

As oficinas são disponíveis para indígenas de todas as idades e também de todas as comunidades Xakriabá. A Casa de Cultura fomenta o intercâmbio entre comunidades Xakriabá, mas também é referência para comunidades de outros indígenas do estado e do país. Todas as atividades da Casa de Cultura são construídas com a participação coletiva. Até o momento foram realizadas oficinas de Sabão, Fitoterapia (Plantas Medicinais do Cerrado), Website, produção de livros com materiais recicláveis, oficina de Fotografia e Vídeo, entre outras.

Remando contra a maré, o Povo Xakriabá tem atualmente usado de mídias alternativas para o fortalecimento do vínculo com a terra e a cultura e tem experimentado resultados muito positivos com os grupos de jovens indígenas. Isto é o resultado de um processo de formação de jovens realizado pelas oficinas da Casa de Cultura. Edgar Corrêa Kanaykõ, jovem indígena xakriabá, morador da comunidade Barreiro Preto diz:

O projeto Casa de Cultura Xakriabá veio para o fortalecimento da identidade cultural e revitalização das práticas tradicionais indígenas. Valorizando assim os conhecimentos tradicionais do povo Xakriabá, retomando práticas do fazer artesanal tradicional, muitas vezes não registrada, além do aperfeiçoamento do processo de construção do artesanato através das oficinas realizadas.

Para isto o idoso tem um lugar singular na organização das atividades que reforça o processo mais amplo de retomada das tradições por parte do povo Xakriabá. Uma lindíssima edificação pensada pelo arquiteto Roberto Montemor (UFMG) com ideias dos indígenas, alunos, orientandos, professores indígenas e que respeitosamente se confunde com a paisagem muito pelo que representa ao povo; mais um instrumento de articulação que adentra pouco a pouco todos os lares Xakriabá, além paredes escolares.



---

**Índios tupinambás invadem fazenda em Itapebi, PF assume o caso**  
SÍTIO TOPA TUDO NEWS, 23.01.2014

*O grupo afirma que está lutando pela recuperação de suas terras*

Cerca de 20 indígenas da tribo Tupinambá invadiram três fazendas no município de Itapebi, a 130 km de Porto Seguro na Bahia, de acordo com informações da Polícia Federal (PF). Segundo o órgão, os índios invadiram três fazendas e incendiaram uma das casas da sede. Uma pessoa foi encontrada morta no local, com um tiro no pescoço.

Ainda de acordo com a PF, os indígenas confessaram que incendiaram a casa e negam envolvimento com a morte do homem. O suspeito do crime ainda não foi identificado. As polícias Civil, Militar e o Departamento de Polícia Técnica (DPT), foram acionados para investigar o ocorrido.

Os índios invadiram a fazenda no domingo (19) e nesta quarta-feira (22) eles deixaram o local. Segundo a polícia, em depoimento, eles disseram que vivem em uma mata ao redor da fazenda e afirmam que estão lutando pela recuperação de suas terras.

Os fazendeiros foram ouvidos pela polícia na terça-feira (21), e afirmaram que os índios invadiram a propriedade e mataram animais da fazenda. Já os índios disseram aos agentes que os fazendeiros responderam a invasão com violência.

Os policiais investigam se pistoleiros estariam envolvidos com os índios. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) está acompanhando todo o caso. Segundo o delegado da Polícia Federal em Porto Seguro, Eriosvaldo Renovato Dias, a situação já se normalizou no local.



---

**Governo de SC reativa Conselho Indígena; tribos e Funai estão otimistas**

SÍTIO TUDO SOBRE FLORIPA, 23.01.2014

Criado há 20 anos, Cepin estava desativado, mas pode reforçar luta por soluções agrárias

Cerca de 20 lideranças indígenas das três etnias existentes em Santa Catarina estiveram na quarta-feira (22) reunidas com o Governador do Estado Raimundo Colombo, para discutir sobre a reativação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepin). O órgão existe há cerca de 20 anos, mas era considerado desativado e sem atuação. Participaram representantes das etnias Xokleng e Kaingang, do interior do Estado, e também dos Guarani, mantidos em sete diferentes aldeias na região de Florianópolis.

Colombo chegou a determinar durante a reunião que o Conselho seja reestruturado num prazo de 15 dias, com a posse dos novos conselheiros, que serão representantes dos povos indígenas e também do próprio Governo.

- Vamos reestruturar o conselho o quanto antes. É fundamental para resolvermos os conflitos indígenas no Estado -, salientou o governador.

O diretor da Funai em Florianópolis, João Mauricio Assumpção Farias, saiu otimista da reunião.

- É a abertura de um diálogo interessante para fortalecer o Cepin como órgão e se construir políticas públicas para o setor -, disse.

Segundo Farias, o Conselho poderá facilitar a captação de recursos para projetos nas áreas de agricultura, Assistência Social e Educação em benefício dos indígenas de Santa Catarina.

Questões que permanecem pendentes, como as negociações pela liberação da área no Morro dos Cavalos, em Palhoça, dentro da duplicação da BR-101, também devem ganhar fôlego com a reativação do Conselho. Uma reunião para tratar desse tema já estaria agendada para fevereiro, entre representantes do governo catarinense e o Ministério da Justiça.

Mesmo sem poder de decisão, o Conselho pode ajudar a aprofundar o diálogo referente às questões fundiárias, como demarcações e indenizações nos casos de reassentamentos.

As sete aldeias indígenas situadas na região de Florianópolis estão situadas nas cidades de Palhoça, Biguaçu, Major Gercino e Canelinha, reunindo um total estimado de 450 indígenas.

Outra tarefa em que o Conselho pode se tornar determinante é a regulamentação do artigo 148 A da Constituição Federal, que dispõe sobre a participação do Governo Estadual nos processos de indenização de agricultores que estejam sendo transferidos de suas terras de origem.



---

**Verba para proteção dos direitos dos indígenas cresce R\$ 147,3 milhões em 2014**  
SÍTIO CONTAS ABERTAS, 23.01.2014

Entre 1991 e 2010, a presença da população indígena se expandiu de 34,5% para 80,5% nos municípios do país. Segundo o Censo 2010, 817 mil pessoas se autodeclararam índios, ou seja, 0,4% da população nacional. O orçamento destinado para essa parcela da população tem acompanhado esse crescimento.

O programa orçamentário "proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas", criado a partir de 2012 pelo Plano Plurianual proposto até 2015, foi incrementado com R\$ 147,3 milhões para 2014. O valor autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano é de R\$ 1,2 bilhão, enquanto que em 2013, foi de R\$ 1 bilhão.

O crescimento geral do orçamento ocorreu, por exemplo, na ação "promoção, proteção e recuperação da saúde indígena". No ano passado, a iniciativa contou com recursos da ordem de R\$ 838 milhões. Para este exercício, os valores chegaram a R\$ 1 bilhão, com crescimento de 23,3%.

A iniciativa, coordenada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, prevê o incorporamento de práticas de medicina tradicionais para prover autonomia e sustentabilidade das comunidades indígenas no âmbito dos estabelecimentos de saúde (Postos de Saúde, dos Pólos Base, das Casas de Saúde do Índio – CASAI) com garantia de limpeza, higiene e segurança. A finalidade é promover, proteger e recuperar a segurança alimentar e nutricional da saúde indígena.

A "gestão ambiental em terras indígenas" teve um ganho significativo de recursos. Em 2013, as verbas totalizaram R\$ 200 mil, no entanto, neste ano, passaram para R\$ 2,1 milhões. O objetivo é melhorar as perspectivas de sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e dos recursos naturais nelas existentes. Além disso, a rubrica tem o intuito de fomentar de projetos que visem o uso sustentável de recursos naturais e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras.

O mesmo aconteceu com a ação "preservação cultural dos povos indígenas". O crescimento foi de R\$ 463,8 mil e deverá contar com R\$ 8 milhões em 2014. O projeto "saneamento básico em aldeias indígenas na prevenção e controle de agravos" também teve ganho em termos de verba para este ano. O orçamento para a iniciativa passou de R\$ 59,4 milhões em 2013 para R\$ 60 milhões este ano.

#### Diminuição de recursos

Apesar do crescimento de recursos para o programa, algumas ações sofreram reduções nas dotações. A iniciativa "promoção e desenvolvimento social dos povos indígenas" teve o orçamento reduzido em R\$ 6,3 milhões, passando de R\$ 46,7 milhões em 2013 para R\$ 40

CONT.



milhões este ano. A rubrica referente à fiscalização e demarcação de terras indígenas, que também age na localização, proteção de índios isolados e de recente contato foi a ação que mais sofreu redução, de R\$ 33,7 milhões, e contará com R\$ 54,1 milhões em 2014.

#### Execução 2013

Em 2013, os recursos autorizados para o programa das populações indígenas foram bem utilizados. Do R\$ 1,3 bilhão liberado para o exercício passado, 85,4% o equivalente a R\$ 1 bilhão foi pago. Com maior montante de recursos dentro do programa, assim como neste ano, a ação mais beneficiada no orçamento foi a responsável pela saúde dos indígenas. Cerca de R\$ 912,3 milhões foram pagos dos R\$ 1,1 bilhão orçados.

A iniciativa para desenvolvimento social dos povos indígenas também foi o destaque na aplicação de 2013. Para execução da ação foram disponibilizados R\$ 46,7 milhões, desse montante e R\$ 28,6 milhões foram desembolsados, o que representa mais de 60%. A ação para saneamento básico nas aldeias é outro ponto de enfoque no orçamento. Dos R\$ 27,7 milhões orçados, R\$ 12,7 milhões foram utilizados, isto é, 46% dos recursos foram efetivamente aplicados.

No entanto, nem tudo são flores. A execução da ação responsável pela fiscalização e demarcação das terras indígenas, além de localização e proteção de índios isolados deixou a desejar. Apenas R\$ 16,7 milhões foram utilizados dos R\$ 87,9 milhões autorizados. A iniciativa para preservação cultural dos povos indígenas aplicou apenas R\$ 2,2 milhões (28,7%) dos R\$ 7,6 milhões aprovados para o orçamento de 2014.

Embora as aplicações na saúde indígena tenham aumentado, o Brasil ainda está distante de possuir política eficaz, segundo o médico sanitarista da Universidade Federal de São Paulo e coordenador do Projeto Xingu, Douglas Rodrigues.

Para o especialista, a criação de novas unidades de saúde e obras de saneamento não deveriam ser prioridade. "Oferecer um serviço e não qualificar os profissionais, não resolve. Embora a oferta tenha avançado, o mais importante é qualificar os profissionais para que eles criem vínculos com as comunidades e possam dar suporte a elas, deixando de serem apenas distribuidores de remédios", conclui o médico.

De acordo com Rodrigues, as condições de trabalho nas aldeias são precárias, os salários são baixos, além de haver grande rotatividade de médicos e outros agentes de saúde.



---

**Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas inicia planejamento do "Abril Indígena"**

SÍTIO AGÊNCIA AMAPÁ, 23.01.2014

O Governo do Estado do Amapá (GEA), por meio da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi), promoveu nesta quarta-feira, 23, uma reunião que marcou o início do planejamento da programação do "Abril Indígena 2013", evento em comemoração ao Dia do Índio.

A finalidade do encontro foi estimular o diálogo entre instituições do governo e parceiros, no intuito de verificar quais as ações e atividades poderão ser realizadas durante o mês de abril.

Na oportunidade, o secretário da Sepi, Coaraci Gabriel e o chefe de Gabinete, Kleber Karipuna, fizeram a apresentação de algumas sugestões de atividades que iniciarão a partir do dia 1º de abril, no Teatro das Bacabeiras, com a abertura oficial do evento.

Dentre as ações está prevista a exposição e comercialização de artesanatos em locais específicos como a Casa do Artesão, Museu Joaquim Caetano e Museu Sacaca. Além de apresentação de coletânea de vídeos indígenas, no Museu da Imagem e do Som (MIS) e salas de leituras, nas Bibliotecas do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) e Pública Elcy Lacerda. Tudo para oportunizar a população a conhecer a história das etnias e a cultura dos povos indígenas do Amapá.

Outra intenção é oferecer durante o evento cursos para índios, com grade específica, tendo como parceiros a Escola Técnica do Estado e a Escola de Administração Pública (EAP). O objetivo é envolver alunos de escolas públicas e particulares; universidades e faculdades do Estado.

A Secretaria de Estado do Desporto e Lazer (Sedel) ficará responsável de organizar a 1ª Copa Indígena, a ser realizada entre os integrantes das etnias. "Voltaremos a nos reunir dentro de 10 dias para que cada instituição confirme suas ações no Abril Indígena. Logo após iniciaremos os preparativos para o evento", afirmou o secretário da Sepi, Coaraci Gabriel.



---

**Wellington do curso visita área de conflito da reserva indígena Awá-Guajá**

SÍTIO BLOG DO ANTÔNIO MARCOS, 23.01.2014

Wellington do Curso, vice-presidente do PPS-MA, esteve na última semana visitando o município de São João do Caru, acompanhando, de perto, o clima de tensão na área da reserva indígena Awá-Guajá, onde a qualquer momento deverá ser iniciada a operação de retirada de cerca de 1.200 famílias não indígenas. Localizada a 359 km de São Luís e situada entre quatro municípios (Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Zé Doca e São João do Caru), a reserva tem cerca de 116 mil hectares e 37% dela já foi devastada, segundo levantamento feito pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).

Em São João do Caru, o professor Wellington visitou a Base Operacional que foi montada pelo Exército Brasileiro para dar apoio logístico à realização do processo de desintrusão. Na base operacional, além do Exército, há representantes da Força Nacional, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, INCRA, FUNAI, IBAMA, Ministério da Saúde e Secretaria Geral da Presidência da República.

O professor Wellington visitou, também, um acampamento montado por aproximadamente 200 não indígenas e ocupantes da área em conflito, em São João do Caru, a cerca de 300 metros próximos da Base Operacional montada pelo Governo Federal.

Os conflitos pela posse de terra na região já se estendem desde 1992 e a retirada de ocupantes não indígenas da TI AWA GUAJA cumpre uma decisão judicial do Tribunal Regional da 1ª Região, de 2012, que reconheceu o direito territorial dos índios e a nulidade de todos os títulos de domínio concedido pelo poder público. O processo de entrega das notificações para as famílias que ocupam a reserva terra indígena Awá-Guajá deve se estender de 10 a 15 dias. Após o término desse prazo, as famílias notificadas terão 40 dias para deixar o local.

“É necessário um acompanhamento mais de perto da área em conflito por parte da sociedade e dos poderes constituídos, para monitorar o processo de desintrusão da terra indígena, dando apoio às centenas de famílias não indígenas, envolvidas na desocupação, que ainda não têm uma área definida para onde ir, bem como não serão indenizadas, mas precisam ter respeitada a sua dignidade. O clima na região é tenso.” Destacou Wellington do Curso.



---

**Por terra indígena, há 30 dias para a contra proposta**

SÍTIO SULNEWS, 23.01.2014

*- Fazendeiro diz que em Sidrolândia as terras são muito férteis e tem valor de mercado muito maior, de no mínimo R\$ 10 mil o hectare -*

JOSEMIL ARRUDA

A partir de pntem, os fazendeiros que negociam com o Ministério da Justiça valores de indenizações pela Terra Indígena Buriti, que abrange 26 propriedades rurais em Sidrolândia, tem prazo de 30 dias para consultar os laudos de avaliação e fazer contra-propostas.

Hoje, depois de várias solicitações, o Ministério da Justiça liberou esses laudos para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A partir de hoje os produtores tem 30 dias para ir no Incra, conferir o laudo e fazer contra-proposta.

Os fazendeiros têm demonstrado discordância com o valor de indenização oferecido pelo governo federal. A oferta gira em torno de R\$ 5 mil a R\$ 7 mil por hectare, enquanto os produtores rurais alegam que o valor de mercado é de pelo menos R\$ 10 mil. Mas mesmo entre as propriedades haveria discrepância no valor oferecido.

A Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul (Famasul) recebeu informações sobre esses laudos e, de uma forma geral, notou que havia uma "disparidade muito grande de preço entre as propriedades", sem justa causa para tal. "Uma propriedade vizinha da outra sendo avaliada por valor muito mais alto", observou o presidente da entidade, Eduardo Riedel, nesta quarta-feira (22), durante a Showtec, em Maracaju.

Eduardo Riedel disse que Incra e Funai elaboraram esses laudos. "O Incra analisou pelo valor da terra e a Funai pelas benfeitorias e chegaram no valor bruto da propriedade", informou, reclamando do valor da indenização, que representaria "metade do preço de mercado" das terras. "É muito difícil entender a lógica do governo federal e tudo tem sido muito burocrático, muito difícil", afirmou o líder ruralista, apontando ainda que a Funai não tem capacidade técnica para avaliar valor de benfeitoria.

A Famasul, segundo Riedel, sugeriu que cada produtor pegasse três corretores de imóveis e fizesse avaliação de mercado da propriedade, mas o Ministério da Justiça não teria aceitado, sob a alegação de que só órgão oficial poderia fazê-la.

O deputado estadual Zé Teixeira (DEM) considera que os valores propostos pelo governado federal para as terras "são irresponsáveis e totalmente fora da realidade". Essa média de R\$ 5 mil o hectare, segundo ele, "paga terra em Caracol, onde é pura areia e não em Sidrolândia, onde as terras são muito férteis e tem valor de mercado muito maior, de no mínimo R\$ 10 mil o hectare".



---

**PF realiza a Operação Tacape na reserva indígena de Manguueirinha**  
SÍTIO O DIÁRIO/LONDRINA, 23.01.2014

Homens da Polícia Federal de Guarapuava, região centro-oeste do Estado, realizaram na manhã desta quinta-feira (23), a Operação Tacape, cumprindo quatro mandados de busca e apreensão e dois mandados de prisão preventiva expedidos pela Justiça Federal de Pato Branco, no sudoeste do Estado.

Sem incidentes, a operação terminou com a prisão do vice-cacique na própria reserva. Já o cacique se apresentou espontaneamente na Superintendência da PF no Paraná, em Curitiba, sendo que o mandado de prisão preventiva foi cumprido após ele ter sido interrogado.

O objetivo principal da operação era prender o atual cacique e o vice-cacique da Reserva Indígena de Manguueirinha, no município de Manguueirinha, também na região centro-oeste, além de apreender armas de fogo e munições.

Durante a operação foram apreendidos documentos e telefones celulares, mas nenhuma arma de fogo ou munição foi localizada e apreendida.

Entre os crimes, os indígenas foram indiciados por bando armado, roubo qualificado, dano qualificado, lesão corporal, constrangimento ilegal, ameaça, sequestro e cárcere privado, violação de domicílio e disposição de coisa alheia como própria, todos os crimes previstos no Código Penal. Além disso há ainda a posse e porte ilegal de arma de fogo.

O cacique e o vice-cacique também são investigados, juntamente com outros envolvidos, pelo crime contra o patrimônio na modalidade de usurpação, produzir bens ou explorar matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo.

Ao todo os dois indígenas foram indiciados em 11 crimes e ficarão custodiados em Curitiba à disposição da Justiça. Outras duas pessoas prestaram declarações à PF diante dos crimes investigados.

Segundo informações da PF, durante a operação não foram registrados incidentes, sendo que participaram 35 policiais federais e apoio de 15 policiais militares da Rotam.



**Desabafo (mais um) por um país de verdade**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2014

Aos brasileiros que como eu querem um país melhor

Esutáquio José – Um Brasil de Verdade

Dão-nos 514 aproximados anos de história. Mas nós temos muito mais. Milhares de anos habitamos enquanto índios essas terras, essas praias, esses igarapés, essas falésias, essas ribanceiras e chapadas. Por milhares de anos fomos milhões e agora nos dizem dia a dia, mas resistimos, porque somos fortes e fortes continuamos. Brava gente brasileira! Brava é toda a gente brasileira, sem demagogia, sem segregação, sem falso bairrismo. Somos bravos porque resistimos com nossa simplicidade, nus com a natureza e dela parte, resistimos sempre. Apesar do genocídio que sofremos, nós somos fortes, ariscos e não deixamos dominar. Somos agora miscigenados, mas mantemos a nossa cultura, a nossa força, a nossa esperança, madeira de lei que cupim não rói.

Vimos aos milhares como escravos desde a África. Éramos mortos, sofriamos e vivíamos como objetos. Criaram para nós a senzala, o proibido, o menos que humano. Mas nós também resistimos. Criamos quilombos, fugimos e lutamos. Fizemos revoltas do norte ao sul, éramos bravos e tínhamos e temos sangue guerreiro. Não fugimos à luta. Lutamos sempre. Não fomos omissos nem nos aquietamos nas senzalas. Fomos mais astutos e crescemos mais bravos. Somos ainda milhões, e milhões todo enfrentamos o racismo, o preconceito, a segregação. Não podemos ir a todos os lugares, por anos ocupamos apenas os morros e encostas, nos jogaram à margem. Mas resistimos e por nossa força foram nascidas as ruelas, os edifícios, a cultura, a força, a arte, a educação e a grande sensação de luta que esse país tem. Apesar de todos os males somos fortes.

Vivemos hoje o descompasso de uma história de opressão e mortes. Vivemos várias ditaduras e morremos por essa pátria. Somos tantos os mortos quanto são os que não tiveram nem o conhecimento do fim. Desaparecemos, saímos corridos e morremos longe de nossa pátria. Foram épocas de chumbo, cobre, sangue, dor. O luto caminha por nossas veias, mas nem por isso deixamos um segundo sequer de resistir. Nossa valentia sai justamente da falta de medo, da falta de covardia, da esperança e da crença na possibilidade. Somos fortes porque estamos juntos. Quem disse que nos vencerão? Os dias de cálice cessarão e alguns de nós ainda gritarão liberdade ainda que tardia. Inconfidentes, revoltos, insurgentes, revolucionários, somos e fomos aos montes. Estamos sob esse céu e esse sol com tanta galhardia que brilharemos até enquanto um pinga de injustiça existir.

Se somos poucos, cada vez menos? Não importa. A consciência da luta não afasta e o temor da derrota não intimida. Vamos sempre à frente e vamos sempre brigar pelo que é nosso. Por mais que nos deixem longe da força que queremos, nós iremos e nos veremos vencer. Uma

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 13./ 2014

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

vitória pequena, uma batalha conquistada, entre mil perdas, já é um alento para quem quer ver ideais sociais realizados. Chamem-nos de utópicos, de iludidos, de sonhadores, mas não nos neguem o título pelo qual lutamos vida inteira, vidas inteiras, de brasileiros.



---

**Deputados pedem que Força Nacional ajude a solucionar conflitos entre quilombolas e fazendeiros**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2014

*Em reunião realizada nesta quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG, foi solicitado ainda que as investigações sobre atentados cometidos contra membros das comunidades sejam apuradas pela Polícia Federal, já que, segundo testemunhas, a PM estaria atuando como "jagunço" dos donos das fazendas*

Clarissa Damas – Estado de Minas

Em reunião realizada na manhã desta quarta-feira na Assembleia Legislativa de Belo Horizonte entre autoridades e representantes das comunidades quilombolas, os deputados federais Padre João e Nilmário Miranda, e o deputado estadual Rogério Correia, todos do PT, pediram que a Força Nacional interfira nos conflitos entre quilombolas e fazendeiros que vem ocorrendo na região das cidades de Varzelândia e Verdelândia, no Norte de Minas Gerais, e que as investigações sejam repassadas para a Polícia Federal, instituição que teria mais imparcialidade para apurar as denúncias.

Durante o encontro, Padre João justificou o pedido denunciando a omissão da corporação: "o que a PM está fazendo é inadmissível já que está dando cobertura para bandidos, entre eles o prefeito de Varzelândia", disse. Já Rogério Correia também se manifestou: "se a Polícia Militar não defende os quilombolas, as forças nacionais têm que garantir a defesa desses cidadãos", afirmou o deputado.

**Relatos de crimes**

No encontro, que contou também com a presença do presidente da associação quilombola Arapuim, Valdomiro Alves da Silva, foi relatado que, no último dia 19, treze acampados ficaram feridos depois que nove homens, supostamente da Polícia Militar, invadiram a Fazenda Morro Preto, em Verdelândia, e atiraram deliberadamente, além de incendiar plantações. Dos 13 feridos, dois ainda estão hospitalizados.

Além desse crime, foi relatado pelo líder quilombola José Carlos de Oliveira Neto que, no dia 9 deste mês, ele sofreu uma tentativa de homicídio. O mandante do crime seria o dono da fazenda Brejo dos Criolos, prefeito de Varzelândia. Ele afirmou ainda que um veículo da prefeitura foi utilizado no atentado e que, ao tentar registrar boletim de ocorrência relatando os fatos, teria tido tal direito negado pelos policiais. Ao fim dos relatos, oito vítimas dos dois atentados mostraram às autoridades os ferimentos sofridos.

**Quilombolas**

De acordo com a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, a comunidade do  
CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 13./ 2014

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

Arapuim faz parte do grupo Brejo dos Crioulos. O território desses quilombolas se estende pelos municípios de São João da Ponte e Varzelândia, na região Norte de Minas Gerais – mesma área onde fica Verdelândia. Ao todo são 3.000 pessoas reconhecidas como parte dos núcleos populacionais.

A luta pela propriedade começou em 2011. O terreno de 17 mil hectares foi desapropriado em outubro daquele ano depois de intensas manifestações dos quilombolas. Em 2013, a fazenda foi retomada pela comunidade de Brejo de Crioulos, pois o terreno já estava incluído no território quilombola.

Em 5 de dezembro do ano passado, a Presidente Dilma Rousseff (PT) assinou uma série de decretos para a desapropriação de territórios quilombolas e entregou documentos para a emissão de posse da terra. Ao todo, 24 comunidades quilombolas foram beneficiadas com a emissão de posse, entre elas a Comunidade de Brejo de Crioulos.

De acordo com o promotor do Ministério Público Afonso Henrique, a demora na resolução da questão das terras quilombolas ocorre em consequência da desestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) . “Quem deve fazer a regularização é a União, mas ela deixou a tarefa para o Incra, que está desestruturado e a União não tem recursos para realizar a tarefa”, criticou.

Entretanto, segundo o superintendente do Instituto, Danilo Daniel Prado, avanços estão sendo feitos. “No Incra, até o governo Lula, não havia nem setor para trabalhar com regularização quilombola, há cinco anos havia dois servidores. Hoje, temos 20 servidores”, destacou.

(Com informações de João Henrique do Vale e Assembleia Legislativa de Minas Gerais)

## MG tem 180 processos abertos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2014

*Demora nos procedimentos de demarcação dos terrenos faz crescer tensão entre envolvidos*

Bernardo Miranda – O Tempo



Assembleia. Comissão de Direitos Humanos da ALMG discutiu ontem o ataque à comunidade Arapuim, no último fim de semana

Em um intervalo de dez dias, dois atentados contra comunidades quilombolas no Norte de Minas expõem a tensão vivida nas áreas rurais onde há processos de demarcação de terras ainda não concluídos. Mesmo reconhecidos pelo governo federal, o processo para desapropriação das fazendas é lento, o que aumenta o desgaste entre os proprietários e membros das comunidades. Dos 180 processos abertos, apenas um teve a terra demarcada – ainda assim, a desapropriação não foi concluída.

O superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-MG), Danilo Prado, explica que há uma demanda grande para demarcação de terras quilombolas e que seria preciso uma força-tarefa para acelerar os processos. "São 180 pedidos que estamos analisando e não temos recursos humanos para fazer todos de forma célere. Seria preciso a contratação provisória de profissionais para resolver o problema", afirmou.

### Exemplos

Os ataques recentes são exemplos da tensão vivida nas terras quilombolas. O mais recente foi no domingo, entre os municípios de São João da Ponte e Verdelândia, e foi tema ontem de audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas .

Dezessete pessoas da comunidade Arapuim ficaram feridas após serem atacadas por cerca de dez homens. "A demora para desapropriar as terras demarcadas gera uma insegurança no local.

Os quilombolas querem ocupar os terrenos, que são seus por direito, mas eles ainda não têm a posse legal. Nesse contexto, surgem as disputas e os ataques violentos por parte dos fazendeiros", analisou o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Conflitos Agrários, procurador Afonso Henrique de Miranda.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 13./ 2014

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

No caso do Arapuim, ainda não houve demarcação de terra, e o terreno não é alvo de processo de desapropriação. Porém, eles se mobilizaram após o quilombo vizinho Brejo dos Crioulos conseguir a demarcação da terra – foi o primeiro em Minas.

O outro caso de violência foi justamente contra o líder do Brejo dos Crioulos, José Carlos de Oliveira, 62, que em 9 de janeiro foi alvo de três tiros disparados pelo prefeito de Varzelândia, Felisberto Neto, um dos fazendeiros afetados pela desapropriação. Ele não foi atingido.

No caso do quilombo liderado por Oliveira, falta a desapropriação total da área demarcada para que eles consigam a posse do local.

Saiba mais

Demarcação

É preciso que a comunidade quilombola seja reconhecida por laudos antropológicos. Depois, é necessário um estudo para demarcar a terra de origem. Por fim, é feita a avaliação dos terrenos.

Comissão

Segundo a Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, 13 pedidos de prisão de pistoleiros no Norte de Minas foram negados pela Justiça em 2013. Já a Comissão de Direitos Humanos da ALMG aprovou requerimento para que a Força Nacional interfira nos conflitos no Estado e para que a Polícia Federal investigue os casos.

Em andamento

Posse

O Incra-MG informou que já foram investidos R\$ 11 milhões para desapropriar as terras do Brejo dos Crioulos. Até agora, 20% dos cerca de 17 mil hectares já estão em posse do órgão.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



**Nota de esclarecimento sobre as denúncias feitas contra o CIR**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2014



## **CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA**

O Conselho Indígena de Roraima – CIR, vem publicamente esclarecer a todos os membros associados deste Conselho Indígena (220 comunidades indígenas), amigos(as), parceiros e aliados que nos últimos anos vem trabalhando em prol a vida de todos os povos indígenas de Roraima e do Brasil. Desde a sua Fundação o CIR, conforme a decisão dos seus associados indígenas, defendeu a grande bandeira de luta que foi a retomada pela Terra Mãe que é vida para todos os povos indígenas. No dia 23 de outubro de 2013, o Supremo Tribunal Federal encerrou a dúvida que estava sendo feita durante 35 anos sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol que garantiu a terra em área contínua. Depois foram pautadas as bandeiras de lutas pela saúde, educação, cultura, sustentabilidade e atualmente a governança do território pelos próprios indígenas. Todas as conquistas foram árduas, onde vidas indígenas foram ceifadas e sangue derramado em prol a vida dos futuros indígenas que estarão nascendo. Hoje o CIR tem 42 anos de existência graças ao trabalho, persistência, sabedoria e inteligência das lideranças indígenas, pois as conquistas foram alcançadas com união de todos os indígenas, mesmo tendo pressão de grandes fazendeiros, políticos, garimpeiros e ONGs que não queriam ver o povo indígena fortalecido e unido.

As lideranças indígenas do CIR sempre foram perseguidas com falsas informações, foram ameaçadas de morte, o prédio da sede do CIR já em alguns momentos sofreu atentado de bombas, bens como carros do CIR já foram depredados, lideranças indígenas espancadas e 22 lideranças foram mortas e os criminosos se encontram impunes.

Para tirar os povos indígenas de toda perseguição o CIR articulou com aliados, amigos e militantes do movimento social em prol a vida e dignidade, atividades para libertar os povos indígenas. Primeira batalha foi a articulação para inclusão de dois artigos na constituição federal de 1988, o 231 e 232 que tratam sobre direitos indígenas e que foram aprovados. Em seguida foi a demarcação das terras indígenas que hoje são no total de 32 terras indígenas em Roraima; e em seguida foram as lutas pela educação escolar indígena, onde foram articuladas formação para professores indígenas, reconhecimento de escolas nas próprias comunidades e atualmente o ingresso de indígenas no ensino superior; a luta pela saúde indígena, com gestão de convênio com a Funasa até 2009, onde foram formados profissionais indígenas de saúde (Agentes Indígenas de Saúde, Microscopistas, Parteiras, etc.), melhoria do atendimento e diminuição do índice de mortalidade infantil; formação sobre direitos indígenas e que minimizou os problemas de violência; articulação com atividades de sustentabilidade, onde em 1982 o CIR foi apoiado com o projeto 'Uma Vaca para o Índio', onde são 50 matrizes e dois touros para cada comunidade, ficando a comunidade responsável pelo projeto.

CONT.



Hoje todas as comunidades possuem o projeto de gado, onde a cada cinco anos ocorre o repasse do rebanho bovino conforme reza o estatuto e a quantidade que a comunidade recebeu (50 matrizes e 02 touros); atualmente totalizam 62 mil rezes nas comunidades indígenas, teve aumento depois da retirada dos invasores. E também foram articuladas atividades nas áreas de produção agrícola com investimento na formação de jovens indígenas, hoje tem 68 indígenas técnicos agrícolas, além de formação nas áreas de mecânica, marcenaria, artesanatos de couro. E atualmente o trabalho que está sendo feito articulado pelo CIR é a construção de Planos de Gestão das Terras Indígenas, onde foram feitos 06 PGTAs (Aningal, Santa Cruz, Jacamim, Maturuca, Serra da Moça e Boqueirão-Mangueira).

O CIR como defensor dos direitos indígenas sempre faz denúncias contra as irregularidades que vêm sendo feitas pelos poderes executivo, legislativo e judiciário quando violam os direitos fundamentais dos povos indígenas, como a vida, cultura e terra. Também em muitos momentos já assumiu o papel de estado devido a omissão do estado brasileiro, como é o caso pelo atendimento da saúde indígena.

Com o histórico do CIR pela defesa dos direitos dos povos indígenas, foi reconhecido com prêmio pela Secretaria dos Direitos Humanos, mas ainda enfrenta desafios e muitas críticas até preconceituosas. No último dia 18 de janeiro de 2014, o CIR foi acusado de se dar bem em nome dos povos indígenas com relatos injustos e sem fundamentos, por pessoa que deveria defender mais os direitos indígenas do que ficar causando confusão. E esclarece os seguintes pontos:

1- O CIR durante mais de trinta anos não ficou sequer com nenhuma fazenda, gado e outros bens indenizados pela Funai; todos os bens foram entregues para os povos indígenas moradores das terras indígenas, pois são bens públicos da União e pertencem somente aos indígenas;

2- O projeto de gado existente nas comunidades se chama "Uma vaca para o Índio", que iniciou em 1982, e a quantidade é de 50 matrizes (vacas) e 02 reprodutores (touro), que a cada 05 anos são repassados na mesma quantidade para outras comunidades indígenas. E os vaqueiros são indicados pelas comunidades beneficiadas e não apenas por tuxauas. E também o vaqueiro pelo seu serviço recebe por sorte, onde a cada 04 bezerros que nascem, 01 é do vaqueiro, além de receber ajuda da comunidade;

3- Todos os tuxauas exercem o cargo voluntário, e seu cargo é reconhecido pela sua organização indígena e órgãos públicos, principalmente FUNAI. E todos os documentos requisitados pelos indígenas ao tuxaua tem custo zero, devendo o próprio beneficiado procurar o seu próprio meio de transporte e alimentação para chegar até a cidade de Boa Vista, ou cidade mais próxima, quando não houver atividades itinerantes da justiça móvel acompanhada pela Funai. Ultimamente os próprios tuxauas denunciaram que um procurador da AGU/RR estaria emitindo Registro Indígena, sem consentimento das comunidades e sem o conhecimento da Funai, pelos chefes de CTL. É inverte a informação que existem tabelas de cobranças de documentos, e que a própria Funai, Polícia Federal apure esses crimes, e se caso for comprovado que os culpados sejam punidos. Este Conselho Indígena também é contra esse ato criminoso apresentado na Folha de Boa Vista.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 13./ 2014

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

4- Todos os indígenas são livres de viver dentro ou fora das terras indígenas, desde que respeitem a organização social de cada comunidade indígena, pois cada comunidade tem suas formas próprias de se organizarem; depois da indenização dos invasores, muitos indígenas retornaram para suas comunidades indígenas, com sentimento de liberdade, mas é fato que o estado brasileiro precisa olhar com mais atenção para a questão indígena.

5- Os agentes protetores dos direitos indígenas, principalmente AGU, são os advogados do Índio, pois a questão indígena é de responsabilidade da União; não se pode culpar o índio ou sua organização quando o próprio estado brasileiro é ausente.

6- Enquanto o Estado Brasileiro ficar pisando nos indígenas será culpado pela grande violação dos direitos humanos e indígenas.

No mais, este Conselho Indígena sempre firmou o compromisso de poder fortalecer a caminhada dos povos indígenas, mesmo enfrentando críticas e perseguições. Desde a sua fundação, conquistas sempre foram através de fortes articulações e persistência, feitas com respeito a todos.

Todas as denúncias veiculadas nos meios de comunicação serão apuradas e através do diálogo o CIR vai procurar as pessoas que fizeram as denúncias, pois se existe problema, tudo tem que ser resolvido.

Mario Nicacio – Coordenador Geral do CIR

22 de janeiro de 2014

## **Medo de novos ataques domina comunidade quilombola em Verdelândia**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2014

*Integrantes da comunidade participaram de reunião da Comissão de Direitos Humanos da ALMG para tratar dos casos de violência*

Guilherme Paranaíba e Luiz Ribeiro – Estado de Minas



Renilson D. Rodrigues, um dos agredidos

“Eles já chegaram atirando. Mandaram todo mundo deitar no chão e falaram que eram da polícia. Deram chutes, bateram e deram coronhadas. Estavam todos encapuzados”, revelou o integrante de uma comunidade quilombola atacada no domingo em Verdelândia, no Norte do estado, Renilson Diógenes Rodrigues Leite, de 34 anos. Exibindo os hematomas das agressões no rosto e na cabeça, ele conta que levou chutes e ferido a coronhadas de espingarda. Além dele, outros 14 integrantes de comunidades da região estiveram nessa quarta-feira em Belo Horizonte participando de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para tratar dois casos de

violência recente na Região Norte do estado. Na primeira delas, em 9 de janeiro, um líder quilombola foi vítima de uma tentativa de homicídio. Já no domingo, o grupo de Renilson, de 30 a 40 pessoas, foi alvo da fúria de jagunços. Segundo a Polícia Civil, está foragido o principal suspeito do segundo ataque, filho do dono da fazenda em disputa.

Os quilombolas estão com medo. Maria José Soares Prates, de 62, também exibe as marcas deixadas pelos jagunços. Segundo ela, dois furos no queixo foram causados por tiros de chumbo. Mas o presidente da Associação Remanescente Quilombola das Comunidades Nativas do Arapuim, que engloba o grupo atacado, Valdomiro Alves da Silva, de 70, mostra um cartucho de espingarda de grosso calibre colhido no local das agressões. “Eles perguntavam para o patrão se era para atirar na cabeça ou jogar gasolina e fogo”, disse ele. Segundo os trabalhadores, o grupo ocupou parte da antiga Fazenda Morro Preto por cerca de três anos, mas foi retirado em novembro de 2012 por decisão de Justiça. No sábado, eles voltaram a ocupar o terreno, mas acabaram surpreendidos no dia seguinte pela truculência dos jagunços.

A delegada Andréa Pochmann, da Delegacia Especializada em Crimes Contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários, confirmou que o fazendeiro João Fábio Dias, o Joãozinho (filho do atual

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 13./ 2014

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

proprietário da área), participou da ação violenta, na qual 11 pessoas ficaram feridas, duas a tiros. "Os agressores atiraram contra essas pessoas em fuga", disse a policial, evidenciando a intenção de matar. Há indícios da contratação de pistoleiros no Triângulo Mineiro e no Pará, segundo as autoridades, para agredirem os quilombolas.

**DESAPROPRIAÇÃO** Quem também acompanha o caso é o procurador de Justiça Afonso Henrique de Miranda Teixeira, coordenador das promotorias de Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais. Ele ressaltou que a violência contra o mais fraco nas disputas agrárias vem de longa data. "Precisamos de uma atuação firme do MP e do Judiciário para levar os agressores à cadeia. Pessoas que pegam uma escopeta e dão tiros nas outras têm que ser presas", disse ele. O procurador acredita que é necessária a demarcação das terras dos descendentes de escravos para pôr fim nos conflitos. A Delegacia Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Minas informou que uma área de 1,8 mil hectares da antiga Fazenda Morro Preto, onde ocorreu a violência, deverá ter a desapropriação ajuizada pelo órgão dentro dos próximos 15 dias.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



## **MPF – Índios reivindicam investimentos na infraestrutura das escolas e na formação de professores indígenas**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.01.2014



O Ministério Público Federal (MPF) em Angra dos Reis (RJ) realizou na última quinta-feira, 16 de janeiro, reunião com as comunidades indígenas de Paraty e Angra, na aldeia de Bracuí, para tratar de questões relacionadas à educação indígena. Desde 2010, o governo do Estado do Rio de Janeiro promete melhorias na implementação de políticas públicas para a educação indígena, porém, pouco foi feito. A procuradora da República Joana Barreiro Batista ouviu as principais reivindicações dos índios, que pedem que a Secretaria de Educação do Estado (SEEDUC/RJ) invista na infraestrutura das escolas e na formação de professores indígenas. A Universidade Federal Fluminense conta com uma proposta de curso de magistério indígena já aprovada pelo Conselho de Educação do Estado do Rio de Janeiro, mas espera liberação de recursos pela SEEDUC/RJ há cerca de quatro anos.

Segundo os representantes da Secretaria presentes na reunião, os entraves para o acordo de cooperação técnica para o início do curso são apenas de ordem burocrática. Susana Grillo, representante do Ministério da Educação que esteve presente na reunião, frisou que, entre as condições estruturantes de uma educação indígena de qualidade figuram justamente a infraestrutura de escolas, formação de professores e controle social efetivo das ações. No ensejo de colaborar para que a educação no Estado do Rio de Janeiro alcance um patamar mínimo de condições esperadas para a educação indígena, a representante do MEC colocou-se à disposição para apoio técnico, consultas e elaboração de pareceres que possam acelerar a liberação de recursos, rompendo os obstáculos burocráticos alegados pelos representantes da SEEDUC/RJ. Uma outra reunião foi marcada pelo Ministério Público Federal para o dia 25 de fevereiro, com o compromisso da Secretaria de trazer respostas para os problemas apresentados.

"O Ministério Público Federal está acompanhando de perto o caso e espera que os entraves até então existentes e que são, aparentemente, de ordem burocrática, sejam resolvidos, com a implementação do curso de magistério indígena ainda no começo deste ano, conforme o comprometimento da SEEDUC e do MEC, órgãos que estavam presentes na reunião e se

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 13./ 2014

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

---

mostraram sensíveis aos pleitos das comunidades indígenas”, disse a procuradora da República Joana Barreiro Batista.

Assessoria de Comunicação Social  
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro  
Tels.: (21) 3971-9488/9460  
[www.prrj.mpf.mp.br](http://www.prrj.mpf.mp.br)  
[http://twitter.com/MPF\\_PRRJ](http://twitter.com/MPF_PRRJ)



---

**Índios denunciam que sementes estão se estragando na secretaria**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2014

Folha – Pelo menos três toneladas de sementes de milho e feijão estariam se estragando na Secretaria Estadual do Índio (SEI), no Parque Anauá, segundo denunciou o líder do movimento indígena Rondinele Abel Moraes, da comunidade Volta do Teso, região da Raposa Serra do Sol, Município de Normandia. O movimento reúne, pelo menos, 40 índios num acampamento improvisado, nos fundos da SEI, no Parque Anauá, onde estão há cinco dias.

“As sementes estão apodrecendo por não terem sido distribuídas na época certa para as comunidades indígenas de Roraima”, frisou Rondinele, afirmando que vai continuar acampado até ser atendido pelo governador Anchieta Júnior (PSDB) para indicar o advogado indígena Weston Raposo para assumir a Secretaria Estadual do Índio (SEI).

“Estamos sabendo que o governador não vai atender às pressões, mas até quando vamos ter que aguentar isso? Há mais de dez anos que a Secretaria Estadual do Índio foi criada e até hoje as 278 comunidades indígenas ainda aguardam atendimento favorável”, criticou. “São mais de R\$ 6 milhões por ano de orçamento e nada chega às comunidades, não há transporte, estradas, pontes e nem ajuda para as comunidades a tirarem sua produção para vender”, disse.

Ele criticou também a ausência de políticas públicas na educação e citou a falta de incentivos para os indígenas que saem das comunidades para estudar na cidade. “Não há apoio nem para a educação indígena, nem para a agricultura, falta tudo e não aguentamos mais. Esse movimento é para levantar Roraima e cobrar educação de qualidade nas comunidades e a própria Secretaria do Índio não oferece nada, e só funciona como cabide de emprego”, frisou.

CARGOS - Além de exigir a nomeação de Weston Raposo para assumir a Secretaria Estadual do Índio, o líder do movimento, Rondinele Abel Moraes, quer a nomeação de, pelo menos, 48 cargos comissionados na SEI.

“São quase oitenta funcionários na Secretaria do Índio e, nestes dias em que estamos aqui, não apareceu nem quarenta para trabalhar, muitos só vêm assinar a folha de frequência. Vamos denunciar ao Ministério Público a existência de funcionários fantasmas e, no meio destes, há até indígenas”, afirmou.

Ele explicou que os 48 cargos exigidos serão distribuídos entre líderes de organizações e associações indígenas de todo o Estado. “Queremos trabalhar e não ficar como muitos que são apenas ‘gafanhotos’ que só assinam a folha de frequência”, frisou. (RR)



## **Índios Krikatis encerram interdição da MA-280 após acordo**

SÍTIO G1, 23.01.2014

*Governo do Estado se comprometeu a cumprir o Plano Básico Ambiental. Estrada estava bloqueada há mais de 15 dias.*

Do G1 MA com informações de O Estado

Os índios da etnia Krikati encerraram a interdição da MA-280, no trecho entre os municípios de Montes Altos e Sítio Novo, localizados na Região Tocantina. Com a utilização de troncos de árvores e pedras os indígenas haviam bloqueado, há mais de 15 dias, a estrada para cobrar melhorias em várias áreas e ainda a retirada de não índios da área da reserva. Os índios também derrubaram duas torres das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) que passam na área da reserva.

O fim do movimento se deu após uma longa reunião realizada na tarde da terça-feira (21), na aldeia Jerusalém, da qual participaram representantes do governo do Estado, Procuradoria da República, da construtora responsável pela recuperação da rodovia, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e lideranças indígenas.

Segundo Eravan Pimentel, o representante da Funai na reunião, o Governo do Estado se comprometeu a cumprir o Plano Básico Ambiental. Pimentel ressaltou que ficou acordado que, entre outras providências, o governo do Estado vai recuperar a MA-280 no trecho que passa pelas aldeias, construir lombadas, guaritas, uma estrada vicinal ligando as três aldeias da área, além de uma cerca de extensão de 10 quilômetros para evitar que o gado dos Krikatis seja atropelado.

Durante o protesto, os índios cobravam, também, compensações pela operação das torres de alta tensão, instaladas na reserva, a mudança da gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) no Maranhão, com a saída dos atuais coordenadores.

Com o acordo fechado, o trânsito de veículos voltou à normalidade na MA-280. Um grupo de soldados do Exército fazia a segurança de técnicos da Eletronorte que trabalham na recuperação das torres que foram derrubadas. A previsão de Pimentel, que atribui a informação a Eletronorte, a previsão é que no dia 2 de fevereiro as torres estejam recuperadas.

### **Indígenas**

As terras krikatis estão localizada nos municípios de Montes Altos e Sítio Novo, é banhada por rios e córregos das bacias do Tocantins (Lajeado, Arraia, Tapuio, entre outros) e Pindaré/Mearim. O primeiro destes importantes rios do Maranhão tem sua cabeceira principal dentro da terra indígena.

CONT.



Em 2005, os krikatis habitavam em duas aldeias: São José (a maior e mais antiga) e Raiz, esta fundada poucos meses depois da conclusão da demarcação física da área em 1999. Havia ainda uma aldeia (Cocal) composta por alguns indígenas da etnia Guajajara casados com algumas mulheres krikatis.

O território Krikati foi declarado como terra indígena em 8 de julho de 1992, através da portaria ministerial nº 328. Esta portaria designou como posse indígena um total de 146 mil hectares. O tamanho das terras gerou diversos conflitos.

Segundo a antropóloga Delvair Melatti, os índios contam que a cidade de Imperatriz foi edificada em cima dos restos de uma grande aldeia dos Krikaterê, ocorrendo nessa ocasião uma dispersão para vários lugares por parte dos Pukobyê, dos Krikati e dos Apinayé.

**O índio vivo dentro de mim**  
SÍTIO DOM TOTAL, 23.01.2014

*Estou cada vez mais querendo ser aquele índio que olha para a lua e pega o próprio peixe no rio.*



Não acredito no que os portugueses prometeram desde que, fedidos, desceram das caravelas. (Foto: Arquivo)

Por Ricardo Soares\*

Prezadíssima bisavó índia que a terra há muito tempo comeu:

Talvez seja o peso dos anos, talvez seja essa alma cabocla e carente, talvez sejam os tempos idos e vividos, mas o fato é que ando cada vez mais desentranhado dessa vida da cidade, querendo bater asa para bem longe, perto dos preás e das corruíras, dos micos e dos bugios, a batucar tambores com o que não restou da minha gente.

Do meu inconsciente para o meu consciente, às vezes afloram imagens de trilhas que não percorri e que passam pela serra do Roncador adentro, perto de onde sumiu o coronel Fawcett. Ou me surgem flashes de cantos ermos das planícies de Roraima ou do cerrado infindo onde os meus podem ter passado em busca de caça, pesca ou de fugir dos capitães do mato.

Sei pouco ou quase nada do meu passado indígena a não ser uma única foto sua , já entrada  
CONT.



em anos, com um vestido longo, tirada no final da década de 20 do século 20. Você está no canto direito da foto, vestido longo e escuro com apliques de renda branca, apoiando a mão esquerda numa cadeira antiga. Ao seu lado o meu avô, seu genro, com um terno elegante porém amarfalhado com um vasto bigode com as pontas viradas para cima . Na foto ele fica no centro pois ao lado dele está minha avó , linda e grávida do meu pai, creio eu.

Minha avó, sua filha, chamava-se Perciliana Maria Severina e, nessa foto, o seu vestido longo fazia uma certa combinação com uma blusa também longa que vagamente lembrava a roupa de um marinheiro. Sequer imagino onde a foto tenha sido tirada ou quem a tirou. Só sei que é o único registro que tenho seu, do meu avô e da minha avó. Pode ter sido tirada em Paraguaçu Paulista, Assis ou mesmo Rancharia. Jamais saberei.

O que sei, prezada bisavó, é que parece que esse apelo ancestral que está estampado nos seus olhos puxados e tristes , na sua boca murcha e na sua mão direita apoiada num ventre um pouco inchado, esse apelo ancestral me leva de volta a regatos, riachos,ocas, pajelanças e me faz querer cada vez mais voltar às minhas origens e não mergulhar na urbe ou nessa equivocada vocação citadina a que praticamente nos obriga a cultura ocidental globalizada.

Estou cada vez mais querendo ser aquele índio que olha para a lua e que pega o próprio peixe no rio despoluído, mesmo que isso seja ilusão passageira que a brisa primeira levará. Fico assim despossuído de origens pois ancestrais outros, de parte de mãe, portugueses e alemães, não me dizem respeito. Conheci essas outras pátrias, andei muito pelos Portugais da vida, adentrei nas Alemanhas , quando eram duas, e não me achei tanto quanto me acho e me perco nesse Brasil profundo que os brancos começaram a destruir e a mestiçada prossegue com louvor.

Sabe, bisavó, há de haver em mim algo de errado, pois cada vez mais me rebelo e me agito e não sossego meu coração cinquentão que deveria ter apaziguado o fogo da rebeldia e do descontentamento. Estou virando um índio velho, reclamão. Um índio que não pita seu fumo de corda, mas beberica suas cachacinhas e tem horror à catequização dos jesuítas que nos desvestiram de nossa nudez e nos colocaram no caminho do bem deles, que foi o nosso mal.

Sabe, bisavó, a integração das populações indígenas no Brasil moderno foi uma falácia. Os índios sempre foram escravizados e subjugados e muitos de nós brasileiros nem nos reconhecemos índios. Eu mesmo procuro em mim os traços que talvez estejam mais nos olhos puxados da minha irmã mais nova. Quiçá em mim exista na cor da pele, em certo jeito de olhar o mundo. Mas não existe na paz e na sabedoria interna que muitos deles tinham.

Não sou um silvícola apaziguado, não sou um índio catequizado, não acredito no que os portugueses disseram e prometeram desde que, fedidos, desceram das caravelas. Eles trouxeram piolhos e nos cobriram o que chamavam de vergonhas e contaram a história do jeito deles. Mas o que quero não é festejar e lembrar meu passado lusitano. Mas reencontrar a trilha do meu indigenismo genético. O sangue que corre aqui nessas veias diabéticas e que correu no seu sangue .

Sabe bisavó, reza a lenda que seu nome era Lúcia e que teria sido roubada pelo meu bisavô

CONT.



(sequer o nome dele eu sei) em uma tribo em algum lugar do caminho entre o Pantanal e o extremo oeste paulista quando ele tangia o gado nessas idas e vindas e reparou em vossa formosura plantada à entrada de uma choça. Desse roubo, desse rapto, dessa fuga, apareci eu mestiço vira-lata a achar graça num passado nebuloso do qual sei detalhes esparsos.

Não sei mesmo se conforme a gente envelhece se aproxima da infância ou se esquece dela. No meu caso nem uma coisa nem outra. Sinto a necessidade de por instinto talvez voltar para o lugar de onde tenham lhe tirado. Tentar entender o que havia por trás dos seus olhos tristes e contemplativos, olhos que foram parar também nos olhos da minha avó, morta de tifo em 1934.

Meu pai pouco conheceu a mãe. Tampouco consta que ele tenha conhecido você, bisavó. Eu não conheci nenhum de vocês, sequer meu avô que morreu bem antes de eu nascer. Não sei se você era tupi guarani, tapuia, bororo ou o que. Não sei se conheceu um sertanista ou se foi discriminada por ser índia. Só sei que olhando para essa sua face tão longinqua, para esse tempo tão remoto na foto aqui na minha frente, quase caio em contradição e peço que você peça a Deus que me proteja.

No entanto não sei qual era o seu Deus e nem sei se você sabe quem eu sou. Só sei que quanto mais envelheço mais enxergo em mim os seus traços. Sobretudo por esses seus olhos desalentados que parecem ter visto demais e se cansaram. Eu não desisto bisavó mas o mundo em que eu vivo cada vez tem menos a ver comigo e eu me imagino ao seu lado olhando a lua na porta da choça muito antes do meu bisavô te roubar. Quem sabe se juntos não haveríamos de ter conseguido alimentar em nossas mãos os guarás que rondavam a taba naquelas noites antigas?

\* Ricardo Soares é diretor de TV, escritor, roteirista e jornalista. Titular do blog Todo Prosa ([www.todoprosa.blogspot.com](http://www.todoprosa.blogspot.com)) e autor, entre outros, dos livros Cinevertigem, Valentão e Falta de Ar. Atualmente diretor de Conteúdo e programação da EBC- Empresa Brasil de Comunicação.



---

**Índios invadem fazendas em Itapebi, um homem morre e PF assume caso**

SÍTIO VOZ DA BAHIA, 23.01.2014

Cerca de 20 indígenas da tribo Tupinambá invadiram três fazendas no município de Itapebi, a 130 km de Porto Seguro, na Bahia, de acordo com informações da Polícia Federal (PF).

Segundo o órgão, os índios invadiram três fazendas e incendiaram uma das casas da sede. Uma pessoa foi encontrada morta no local, com um tiro no pescoço. Ainda de acordo com a PF, os indígenas confessaram que incendiaram a casa e negam envolvimento com a morte do homem. O suspeito do crime ainda não foi identificado.

As polícias Civil, Militar e o Departamento de Polícia Técnica (DPT), foram acionados para investigar o ocorrido. Os índios invadiram a fazenda no domingo (19) e nesta quarta-feira (22) eles deixaram o local. Segundo a polícia, em depoimento, eles disseram que vivem em uma mata ao redor da fazenda e afirmam que estão lutando pela recuperação de suas terras.

Os fazendeiros foram ouvidos pela polícia na terça-feira (21), e afirmaram que os índios invadiram a propriedade e mataram animais da fazenda. Já os índios disseram aos agentes que os fazendeiros responderam a invasão com violência.

Os policiais investigam se pistoleiros estariam envolvidos com os índios. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) está acompanhando todo o caso. Segundo o delegado da Polícia Federal em Porto Seguro, Eriosvaldo Renovato Dias, a situação já se normalizou no local.

## Leitor envia foto de acidente envolvendo índios

SÍTIO CLIQUE F5, 23.01.2014

*Leitor aproveitou para fazer uma pergunta para as autoridades*



O carro ficou completamente destruído após capotamento

Um acidente foi registrado no início da tarde de quarta-feira (22), no perímetro urbano da BR 070 de Primavera do Leste. A foto foi feita por um leitor do Jornal O Diário, que disse que saía da sua casa localizada no bairro Tuiuiú quando se deparou com o veículo capotado na rodovia.

Segundo o leitor no carro estavam três pessoas de etnia indígena. E aproveitou o flagrante para fazer uma pergunta: "Mais uma vez me deparei com um acidente provocado por índio, o carro capotado, não sei se houveram

vítimas, se eles bateram em outro veículo, sei que os índios incluindo uma criança de colo saíram intactos do veículo.

A pergunta que eu faço é a seguinte, até quando seremos vítimas deles? Ver que eles aprontam e nada acontece. Alguém precisa fazer alguma coisa, seja a Funai, a Polícia quem seja."